

30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**“AS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS
COMUNIDADES *ON-LINE*: UM ESTUDO DO *ORKUT*”**

Vera Chaia (PUC/SP e NEAMP)

GT11 - Mídia, política e opinião pública

**Coordenador(es): Fernando Antônio Azevedo (UFSCar) , Alessandra
Aldé (UERJ)**

24 a 28 de outubro de 2006

Caxambu/MG

“AS NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS COMUNIDADES ON-LINE: UM ESTUDO DO *ORKUT*”

Vera Chaia *

Resumo

O presente projeto tem como objetivo analisar a dimensão política do *Orkut* comunidades on-line formadas por pessoas que possuem interesses comuns e debatem determinados assuntos. O estudo sobre o uso político do *Orkut*, se faz necessário, pois esta nova tecnologia proporciona uma comunicação em rede e muitas destas comunidades disseminam informações e opiniões sobre diferentes aspectos da política (desde candidatos até partidos políticos). O acompanhamento de algumas comunidades que discutem questões políticas no período eleitoral de 2006 no Brasil, incluindo um acompanhamento também entre eleições, permitirá avaliar o significado (positivo ou negativo) de formas de participação política dentro dos marcos institucionais, como também possibilitará analisar o comportamento e posicionamento político de alguns grupos de participantes/membros destas comunidades virtuais.

Introdução

O estudo das relações entre Internet e Política vem sendo realizado há pelo menos uma década por parte de pesquisadores dos Estados Unidos e da Europa, preocupados em compreender as vinculações entre democracia e participação política e, especificamente, entre democracia e Internet. A produção bibliográfica sobre este tema ainda é reduzida, mas tende a crescer o número de análises mais aprofundadas para averiguar as possibilidades de interferência e os efeitos da Internet no sistema político.

Embora as posições a respeito destas relações sejam muito diferenciadas, algumas abordagens podem ser destacadas: os ciberotimistas que avaliam a Internet como uma possibilidade aberta para ampliar a participação dos cidadãos e aprimorar o sistema democrático; e os cibercéticos que avaliam os limites da participação da Internet não somente do ponto de vista da técnica e das desigualdades sócio-econômicas dos países, mas também do ponto de vista da cultura política, informativa e cidadã.

As pesquisas de Landtsheer, Krasnoboka e Neuner (2000), realizadas em 1999, sintetizadas no artigo “La facilidad de utilización de los “web sites” de partidos políticos. Estudios de algunos países de Europa del Este y Occidental”. Este artigo que tornou-se uma referência acadêmica e metodológica busca superar a dualidade ciberotimista/cibercético, avaliando as possibilidades e os limites da dimensão política da Internet e, para tanto, analisa os sites dos partidos políticos e de movimentos sociais em países da Europa Ocidental e Oriental, em termos comparativos, preocupando-se em compreender a estrutura dos sites e a interatividade propiciada por eles.

As autoras indagam se a Internet pode introduzir mais elementos de uma democracia participativa, trazendo mudanças positivas para a democracia contemporânea e ampliando as possibilidades da participação cidadã no sistema democrático: “em uma democracia os processos políticos requerem o apoio dos cidadãos para legitimar os resultados do sistema de decisões políticas. A comunicação política deveria buscar influir na opinião pública para estimular a participação cidadã na vida política democrática” (LANDTSHEER, KRASNOBOKA E NEUNER, 2000: 108/109).

Para estas autoras, a Internet introduz uma mudança na comunicação política, constituindo-se em uma promessa, um instrumento que “devolverá – pelo menos em parte – o poder aos cidadãos”. A utilização da Internet propicia um aprimoramento do sistema democrático representativo existente já que este meio, em princípio, possibilita uma transparência e igualdade para todos os cidadãos.

Com o intuito de analisar a participação cidadã na Internet, as autoras qualificam esta participação a partir de quatro dimensões: **busca de informação** – a Internet possibilita um aumento na obtenção de informações para tomar conhecimento dos assuntos políticos; **discussão política ativa** - família, amigos, companheiros são importantes para a discussão, mas para incrementar a participação da cidadania se faz necessário “fomentar” as conexões nas comunidades virtuais, com a formação de Redes que ampliam a “discussão pública coletiva”, entre cidadãos comuns, associações, partidos políticos; **votação** – os meios de comunicação de massa são os principais encarregados de cobrir as campanhas eleitorais e os assuntos que entram na pauta de discussão, porém temáticas e assuntos ficam à margem, devido aos interesses específicos destes meios, encontram ressonância na Internet, ampliando, desta maneira, a participação, a interatividade e o conhecimento dos

cidadãos; **ativismo político** – também é importante para a democracia, pois possibilita que militantes trabalhem nas campanhas eleitorais, organizem atos de partidos políticos ou outras iniciativas dos cidadãos, como reuniões com a comunidade, grupos de trabalho, etc.

Neste sentido, o distanciamento entre os representantes políticos e o eleitorado poderia ser superado com “a utilização da Internet como canal de comunicação direto, interativo e igualitário” (LANDTSHEER, KRASNOBOKA e NEUNER, 2000: 110).

Por sua vez, José Luis Dader, pesquisador e professor da Universidad Complutense de Madrid, analisando a ciberdemocracia, afirma que este conceito é relacionado a diferentes denominações como “democracia eletrônica”, “política virtual”, “teledemocracia”, que significam um “novo contexto potencial das democracias contemporâneas” (DADER, 2000: 8), a partir do surgimento das novas tecnologias, especificamente, com a introdução da Internet.

A discussão desta interação entre Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - NTIC e a Política tem propiciado uma problematização sobre os limites da Democracia Representativa e as novas formas de participação política, ampliando espaços para um aprimoramento deste regime, com a efetivação de uma democracia deliberativa e participativa.

Os espaços na realidade virtual, ocupados pelos partidos políticos, listas de discussão, páginas eletrônicas de diferentes instituições governamentais, organizações não governamentais e movimentos sociais, são imediatamente identificados como estabelecendo uma comunicação direta com os cidadãos, ampliando as possibilidades de obtenção de informações e de ampliação da participação política. Porém, esta ampliação não significa necessariamente um aprofundamento da democracia participativa e nem obtenção de informações políticas mais consistentes por parte dos cidadãos.

Richard Davis, em seu artigo “Tecnologías de la comunicación y democracia: El Factor Internet”, recupera criticamente os estudos referentes à Internet, avaliando-a como um “veículo de formação individual, estímulo da participação cívica, instrumento de medição da opinião pública, canal facilitado para o acesso dos cidadãos aos funcionários da Administração, plataforma de fóruns públicos, mecanismo de simplificação do procedimento de inscrição dos eleitores, e inclusive fator de estímulo do próprio voto” (DAVIS, 2000:13).

O autor pondera que a abordagem extremamente positiva e otimista da Internet, como uma ferramenta que possibilita a ampliação da participação política e o aprimoramento do regime democrático, não é correta: “O fato de que se facilita a obtenção de informação a mais pessoas e de que se proporciona aos indivíduos um maior controle sobre esta informação, não leva automaticamente a aparição de cidadãos bem informados e politicamente implicados” (DAVIS, 2000: 17).

Procurando aprofundar esta sua posição, o autor, ao reconstruir a história da Internet, afirma que: “Todo este potencial tem impulsionado o observador a chegar a uma conclusão que a Internet é o instrumento do povo: que incrementará a participação das massas por sua simplicidade não só por causa do acesso às notícias e informação em geral, mas pela facilidade e rapidez na hora de estabelecer o processo de comunicação com aqueles que tomam as decisões institucionais, ou por permitir a entrada ou participar de um grupo de debate público. Em vista de uma democracia que enfrenta um brusco declínio na participação eleitoral¹ e na atividade comunitária, e que se encontra imersa numa maré de pessimismo e desconfiança em relação às instituições e atividades governamentais, uma maior participação das massas no sistema político, inclusive através de meios eletrônicos, é amplamente considerado como um benefício público” (DAVIS, 2000:25).

Perseguindo esta mesma abordagem crítica, Gianpietro Mazzoleni, da Universidade de Gênova, afirma que a mudança com a introdução dos meios de comunicação e, especificamente, com as novas tecnologias não afetaram a natureza do processo político - que ainda se constitui enquanto uma luta pelo poder de forças políticas-, mas sim os procedimentos de relacionamento entre os atores políticos e os cidadãos, ocorrendo, agora, uma “mediatização da política” e uma alteração no campo da comunicação política (MAZZOLENI, 2000: 33). Os atores políticos e instituições políticas, os meios de comunicação e os cidadãos alteram o seu relacionamento na esfera da comunicação política, mas não necessariamente na natureza do processo político e não ocorrendo uma maior democratização no âmbito político.

Mazzoleni, seguindo a mesma abordagem crítica de Davis (1999), afirma que não ocorre uma democratização com a introdução da Internet nos domínios públicos. Estas

¹ Richard Davis é professor do Departamento de Ciência Política da Brigham Young University, EUA e está se referindo ao declínio nos Estados Unidos, onde o voto é facultativo.

novas tecnologias introduzem a interatividade - que não se assemelha a uma comunicação “dialógica” -, mas os conteúdos e as informações em circulação ainda são produzidos e difundidos por poucos emissores como, por exemplo, as agências governamentais, os partidos políticos, candidatos e grupos de pressão que “lideram e controlam o jogo e a velocidade da retro-alimentação do usuário, a serviço dos interesses corporativos ou políticos” (MAZZOLENI, 2000: 35).

Para este autor o que está ocorrendo é muito mais uma “revolução simbólica, que [...] afeta os marcos comunicativos, dentro dos quais o jogo do poder real continua jogando como sempre, dirigido pelos mesmos atores que controlam os recursos públicos e informativos” (MAZZOLENI, 2000: 34). Portanto, o que se experimenta de novo é uma renovação da comunicação política, agora mais dinâmica em termos de circulação do discurso político e das opiniões políticas.

A avaliação positiva dos defensores da ciberesfera pública e de uma ciberdemocracia é, na avaliação do autor, uma “panacéia”, um desejo e um sonho impossível de ser realizado. A Internet não afetou e não mudou a política, a “hard politics”. A mudança se deu na esfera dos comunicadores políticos que agora possuem recursos poderosos “tanto para os que estão na corrente principal da política, como para os que se encontram nas margens do sistema” (MAZZOLENI, 2000: 36). Os políticos estariam explorando este novo meio de comunicação para promoverem sua imagem e suas posições políticas.

O cidadão comum, no seu contato cotidiano com a Internet, enfrenta obstáculos tanto do ponto de vista instrumental e tecnológico, como do ponto de vista do uso social que faz da rede. Os cidadãos “... tendem a ignorar a maioria das informações que provém da inundação de notícias e estímulos dos meios informativos e dos comunicadores políticos e só selecionam o mínimo necessário para satisfazer suas próprias necessidades” (MAZZOLENI, 2000: 36). Portanto surge um “cidadão informacional” e não um “cidadão informado”, pois o cidadão comum não dispõe nem de tempo e nem de “perícia política” para “desmediatizar” as notícias, “para separar as organizações de notícias da comunicação política, recopilando por si mesmos informações acerca de pessoas e de fatos com relevância política” (SPARROW, 1999: 198, apud: 37).

Numa direção oposta, Sara Bentivegna, da Università di Roma “La Sapienza”, avalia que a Internet propicia o estabelecimento de interações entre seus usuários, possibilitando trocas de opinião, de informações e tomada de posições. Os “newsgroups”, ou grupos de discussão ou de notícias, surgem neste contexto e permitem a interação e a ampliação de espaços para o intercâmbio e a comunicação, realizada de modo “assíncrono” (BENTIVEGNA, 2000:87), ou seja, os internautas se comunicam não em tempo real.

A autora realiza uma pesquisa com estes grupos de discussão na Internet e elabora questões que orientam o seu estudo: “Quem são os sujeitos que discutem política na rede? Que relações mantêm com o sistema político? Quais são as razões que os movem a intervir num grupo de discussão?” (BENTIVEGNA, 2000: 98).

Há pelo menos uma década são realizadas pesquisas na Europa e nos Estados Unidos que analisam a relação entre Internet e eleições. No Brasil estes estudos são raros, talvez devido à pouca importância que se atribui às campanhas políticas na Internet e à ênfase dada à cobertura pela televisão, rádio e imprensa escrita. O fenômeno Internet e Política, no nosso país, é muito recente, também em decorrência do pouco uso que se faz desta ferramenta para a comunicação política.

Deve-se destacar, no entanto, os trabalhos de pesquisadores ligados à área das Comunicações que realizam já há algum tempo reflexões sobre o Ciberespaço, a Cibercultura, Internet e Teoria Democrática, Governança Eletrônica e Inclusão e Exclusão Digital, principalmente aqueles que participam dos grupos de trabalho da Compós (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação), da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e mais recentemente da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). O livro, *Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*, organizado por Eisenberg e Cepik (2002) é um bom exemplo do andamento das pesquisas no Brasil e das possibilidades abertas pelas pesquisas voltadas ao tema em questão.

O significado político da Internet vem se clarificando e conquistando interessados estudos também na área da Ciência Política: “em termos de estratégia de comunicação, as eleições de 2002 trouxeram esta novidade, o uso dinâmico da Internet como instrumento de campanha, um recurso para fortalecer e divulgar a agenda de cada candidato dando

visibilidade aos discursos políticos e garantindo um espaço para ataques de todo tipo nos *sites* oficiais dos políticos” (Aldé e Borges, 2004: 5).

Tema da pesquisa e justificativa

A proposta desta pesquisa volta-se ao estudo das comunidades virtuais, de caráter político, que atuam no Orkut. O eixo para apanhar a dimensão política desta ferramenta situa-se no cenário de transformações tecnológicas e de comunicação pelos quais passa a sociedade contemporânea. O Orkut está incluído nas novas maneiras de ação e de interação criadas constantemente no espaço virtual, repercutindo na dinâmica de pequenos grupos e afetando, inclusive, os movimentos que eclodem no espaço público.

Neste sentido, o tema permitirá abordar alguns aspectos inovadores da contemporaneidade: as relações entre Internet e democracia e, também, entre participação política e comunidades virtuais.

O Orkut possui uma especificidade que o diferencia dos outros sites e blogs, sendo uma das ferramentas de conexão mais utilizada no espaço virtual brasileiro. O período de análise destas comunidades deverá ser recortado não apenas pelo ano eleitoral, mas deverá incluir a dinâmica destas interações durante uma fase mais longa em termos de tempo, de modo a permitir estudar várias comunidades que discutem, polemizam, criticam e apóiam ações políticas, políticos e partidos.

No caso específico do Orkut, podemos afirmar que é ainda uma ferramenta pouco utilizada pelos candidatos e pouco estudada pelos pesquisadores da Ciência Política. Ela permite a participação direta dos internautas, mas também se constitui num risco para candidatos e políticos que tenham seu perfil registrado nestas comunidades, pois críticas podem aparecer e desestabilizar certos políticos que possuem problemas em suas administrações e/ou em suas candidaturas.

Os partidos políticos estão começando a perceber a importância do Orkut, tanto que algumas comunidades são criadas para defenderem ou criticarem políticos, como as que expressam suas diretrizes apresentando-se com as sentenças iniciais: “eu odeio”, ou “Vou votar no...”. Os cidadãos-internautas participam geralmente em períodos eleitorais, porém com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) percebemos o aumento

numérico do acesso individual que se manifesta, agora, através da participação em abaixo-assinados na Internet, listas de discussões e debates entre membros das comunidades virtuais. Os participantes destas comunidades podem ter acesso às informações que outro usuário colocar sobre si mesmo; como também o posicionamento político pode ser encontrado no perfil dos membros do *Orkut*.

Ao realizar uma pesquisa sobre o tratamento dado ao tema Orkut, nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, percebe-se que este assunto é debatido em todos os cadernos dos jornais – desde o Caderno de Informática da FSP e Link do OESP, especialmente criados para atender ao leitor que busca informações referentes à informática, equipamentos, até Caderno Dinheiro, Cotidiano, Cidade, Negócios, Caderno 2 e Ilustrada. É uma temática que vem se ampliando e que diz respeito a diversas áreas da vida contemporânea.

Neste sentido, é interessante observar que existe uma cobertura bem ampla sobre a Internet, também abordada do ponto de vista de negócios, mercado financeiro, segurança e da criminalidade virtual. Falta, no entanto, espaços significativos na imprensa dedicados à dimensão política deste nível de participação virtual.

Para melhor se compreender o significado do Orkut, deve-se retroagir ao processo de criação desta ferramenta, iniciada em 2004, por Orkut Buyukkoketen, matemático da Turquia e que atualmente reside nos Estados Unidos e trabalha na sede do Google², na Califórnia. Esta ferramenta tinha como objetivo criar uma rede de relacionamentos entre internautas, que constituiriam comunidades virtuais, a partir de certos interesses comuns. O requisito exigido para que um internauta entrasse neste web clube era ser convidado por outro participante.

A página www.orkut.com é a entrada para seus participantes, o que permite navegar por várias comunidades virtuais e perfis de seus participantes.

² O Google, criado por Larry Page e Sergey Brin, concentra informações de usuários, imagens de países e é uma ferramenta de busca na Internet.

Para demonstrar a corrida dos internautas em direção ao Orkut, o Caderno Informática da FSP, publica o artigo “Ingresso para o Orkut custa US\$ 1” (página F4): “Você já sabe o que é Orkut, tem vontade de participar, mas não recebe convites ou não consegue entrar em um círculo de amizades interessantes para sua carreira? Fim dos seus problemas: agora basta pagar por um convite” (30/06/04).

Embora o Orkut seja originário dos Estados Unidos e a linguagem oficial do site seja o inglês, presença de brasileiros, se dá desde o início da popular rede de relacionamentos e sua participação, hoje, se faz em massa (FSP-CI, 30/06/04). Segundo o site www.orkut.com/MembersAll.aspx, em 28 de junho de 2004, os brasileiros representavam cerca de 32,9% dos internautas ligados ao Orkut. Nos nossos dias, 26/04/06, os brasileiros representam 70,3% dos participantes nesta rede.

O seu criador Orkut Buyukkoketen, ao ser perguntado sobre a presença maciça dos brasileiros, respondeu: “Não tenho a menor idéia. Talvez seja cultural, tenha a ver com a personalidade de vocês, que são conhecidos como um povo amigável. Pode ser devido à própria característica do mecanismo de entrada no site. Eu tenho alguns amigos que têm alguns amigos brasileiros, e assim foi se espalhando, o que era mesmo a minha idéia desde o início” (FSP, 03/07/05).

Várias comunidades se formam diariamente neste espaço virtual. Dentre elas destacam-se as comunidades políticas, que discutem desde temas importantes como a reforma política, até comunidades que circulam em volta de políticos: “Eu amo Serra”, “Eu odeio o PSDB”, “Eu odeio Lula”, “Casa da Mãe Joana”, etc. As abordagens são muito diferenciadas, bem como os membros destas comunidades que abarcam jovens de 15 anos como também pessoas em faixas etárias mais elevadas, que tanto podem avançar quanto desestabilizar as discussões. Trata-se de um universo aberto, repleto de possibilidades que se apresentam ao pesquisador no estudo do espaço virtual.

Mas, as comunidades também são utilizadas como terapia e como espaços de gozação. Podem-se citar as comunidades criadas para discutir o Medo. Numa matéria divulgada pela FSP, Caderno de Informática, a manchete sintetiza este sentimento: “ ‘Ai, que medo’ – pavores reais ou imaginários levam milhares de internautas a buscar apoio em grupos no Orkut” (15/06/05- F1). Neste sentido estas comunidades virtuais são utilizadas para “exorcizar” medos reais ou imaginários. Os internautas criam comunidades a partir de

certas fobias, como por exemplo “Eu tenho medo do Plantão”, comunidade formada para discutir o medo que sentem ao ouvir a música do Plantão da Rede Globo de Televisão. Esta comunidade foi criada por André Marques e reúne cerca de 131.500 integrantes. Outros medos podem ser destacados: “Palhaço”, “Boneco Chucky”, etc.

Nem só de conversas vivem as comunidades: “Orkut também vira fonte para baixar discos” (FSP, Ilustrada, 29/05/06). Algumas comunidades se especializaram em músicas, possibilitando que seus freqüentadores tenham acesso a links para baixarem músicas: “Um internauta da ‘Albuns Raros – MP3’, por exemplo, já fornecia no último sábado o link para download do primeiro show de retorno dos Mutantes, realizado no centro cultural Barbican, em Londres, há exatamente uma semana” (página E3).

O Orkut não se restringem a fofocas, relacionamentos e troca de informações e posicionamentos. Na manchete do jornal OESP, no Caderno Cidades (24/05/06), apareceu a seguinte manchete: “País quer que o Orkut tire do ar sites do crime”: “O Google recebeu um pedido de autoridades brasileiras para retirar do ar, o mais rápido possível, uma lista de páginas do Orkut que incitariam uma série de crimes” (página C5). Dentre as páginas citadas encontram-se uma atribuída ao PCC (Primeiro Comando da Capital) e outra do CV (Comando Vermelho), ambas ligadas ao crime organizado, que estariam comercializando armas e ações criminosas pela Internet.

A empresa Google, após esta solicitação do Ministério Público e da Justiça brasileira, considerou que poderia atender às autoridades retirando alguns sites do ar, porém não disponibilizaria dados e informações dos internautas que freqüentam estas comunidades para a polícia.

O espaço virtual que prega a democratização e a liberdade tornou-se espaço ocupado por internautas interessados em praticar crimes virtuais. Um dos diretores da Google foi convocado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, em Brasília, para discutir os problemas ocasionados por estes crimes virtuais, como o racismo, pedofilia e xenofobia. A ONG Safernet, representada por seu presidente Thiago Tavares, afirmou que 88% das denúncias são provenientes de casos ocorridos no Orkut, através das comunidades virtuais.

O Ministério Público Federal também está agindo para breçar estes crimes virtuais, mas tanto o Ministério Público, como a Justiça encontram dificuldades para agirem nestas

comunidades. A Google, que controla o registro destas comunidades, não fornece informações sobre elas e nem sobre seus usuários. Uma das denúncias divulgadas pela imprensa diz respeito a uma comunidade de skinheads denominada “Tiro na nuca de mendigos em São Paulo” (OESP, Caderno Metrópole, 26/04/06, página C1).

Não existe consenso em relação à responsabilidade dos provedores por hospedarem determinadas páginas com conteúdos racistas, pedófilos e outras páginas do Orkut: “Segundo o advogado Renato Opice Blum, especialista em Internet, a Justiça tem entendido que os provedores de conteúdo – sites que hospedam páginas – são responsáveis pela divulgação de material ilícito se foram informados do crime e não fizeram nada” (OESP – “Site ignora quebra de sigilo” – 26/04/06). Para minimizar estes problemas e tornar o Orkut mais controlável, o Google criou uma ferramenta que permite a visualização dos visitantes das páginas das comunidades virtuais. Antes deste mecanismo, qualquer internauta inscrito no Orkut poderia visitar e “bisbilhotar” páginas sem serem descobertos (OESP – Caderno Metrópole – “Cuidado, tem dedo-duro no Orkut”, 26/04/06, página C1).

A importância deste espaço virtual provocou uma onda de censura no ciberespaço, visando coibir acesso de internautas a páginas que tragam informações sobre a Democracia, liberdade e direitos humanos. Países como a China, Irã, Arábia Saudita, Cuba, Tunísia estão cerceando a liberdade de seus cidadãos ao proibirem estes acessos. Porém esta censura não está somente presente nestes países: “A vigilância da rede, entretanto, não é preocupação apenas de países com regimes autoritários. Democracias consolidadas, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, passaram a tomar medidas que, segundo organizações civis, ferem a liberdade dos cidadãos” (OESP, Caderno Link, 24/11/05, página L1).

Alguns internautas assíduos das páginas das comunidades virtuais do Orkut cansaram de ocupar seu tempo com a Internet. O título da matéria “Orkutcídio é a solução para vício, tédio e até para começar uma vida nova” (OESP, Caderno Link, 19/06/06, página L8), ressalta o esgotamento destas comunidades virtuais que se limitam a assuntos pessoais ou questões menores. Para escapar do Orkut, internautas promoveram um “orkutcídio coletivo”, desaparecendo das comunidades.

“No início é legal, por causa dessa função de reencontrar as pessoas e manter contato com aquele que você conhece. Mas vai passando o tempo e aquilo deixa de ser

novidade: acaba tomando mais o seu tempo do que dando prazer” (OESP, Caderno Link, 19/06/06, página L8), desabafa Lucas Raposo, mineiro de 25 anos.

O que é mais questionado no Orkut é o vício, pois estes internautas passam muito tempo conectados. Uma das internautas que conseguiu sair do Orkut comenta: “Foi estranho sair porque eu usava muito aqueles scraps para falar asneiras com os meus amigos, e MSN é ruim porque você tem que falar com um monte de gente ao mesmo tempo quando não está a fim. No mais, as pessoas percebem que você saiu e começam a te escrever e-mails. Ligar é mais caro” (OESP, Caderno Link, 19/06/06, página L8).

A matéria até dá dicas para um “orkutcídio” seguro: “1 - elimine os rastros - como - apague todas as fotos, lista de contatos e informações pessoais de seu perfil; 2 - publique um aviso - como - alerte os amigos para não mais deixarem scraps na página, o perfil leva até 24 horas para sumir; 3 - reparta a herança - como - passe o controle das comunidades que criou para amigos que continuarão no orkut; 4 - divulgue seus contatos - como - escreva um e-mail para os mais chegados dizendo onde e como você poderá ser encontrado; 5 - delete o perfil - como - na página inicial, clique no menu configurações e depois em excluir conta (abaixo da foto)” (oesp, caderno link, 19/06/06, página l8).

Para internautas nesta situação de “risco”, viciado da rede, existe uma saída: “Internautas anônimos – surgem clínicas para tratar viciados da rede: estudo diz que há até 100 milhões de doentes no planeta” (FSP, Caderno Informática, 12/07/06, página F1). A matéria destaca que “O uso prolongado e contínuo da Internet pode afastar pessoas do mundo real, atrapalhar o rendimento escolar ou profissional, causar danos físicos e psicológicos e até mesmo matar”.

Segundo informações presentes na matéria, foi publicado um artigo de Diane Wieland na revista “Perspectives in Psychiatric Care” que afirma existirem entre 50 milhões e 100 milhões de viciados em Internet, correspondendo entre 5% e 10% do total dos internautas do planeta. Esta situação gerou a necessidade de clínicas e programas que atendam os dependentes da Internet. Para tanto foram criados alguns programas de atendimento em São Paulo, dirigidos pela UNIFESP e pela PUC/SP.

Orkut e sua dimensão política

Nem só de crimes virtuais e vícios vive a Internet , principalmente, o Orkut e suas comunidades virtuais. Destacam-se também movimentos sociais e ações coletivas que se organizam e se viabilizam no ciberespaço, ganhando visibilidade e força política. A mais recente manifestação coletiva originada da Internet aqui no Brasil, se deu por ocasião do Dia da Dignidade Nacional, um ato público que pede reformas contra a corrupção e que foi organizado em 22 cidades do país. Este movimento fez uma convocatória pela Internet e seus manifestantes ocuparam, no dia 21 de maio de 2006, as faixas da Avenida Paulista, com aproximadamente três mil pessoas. O que este movimento vem defendendo? “As passeatas do Dia da Dignidade Nacional foram organizadas pela Internet pelos líderes do Movimento Reforma Brasil. Por meio do site de relacionamentos, Orkut, mensagens com a proposta do movimento e os objetivos da passeata foram sendo espalhados pela rede” (OESP, 22/05/06, página A6). O movimento foi criado em 7 de setembro de 2005, usando a Internet como ferramenta de mobilização. Segundo Guilherme Sampaio, de 22 anos, estudante de publicidade e integrante da organização: “A notícia correu feito rastilho de pólvora”.

Um outro exemplo de uso da Internet como ferramenta de mobilização pode ser destacado pelo “13 de março de 2004”, na Espanha. Este movimento, convocado pela Internet e pelos telefones celulares, foi uma resposta ao 11 de março, quando ocorreu o atentado à estação Atocha de Madri, ocasião em que cerca de 200 pessoas foram mortas e centenas foram feridas naquele atentado. O presidente espanhol de então, José Maria Aznar, do PP (Partido Popular), afirmou que o ETA (grupo separatista basco) era o responsável por aquele atentado. Havia um interesse política em culpar os separatistas, porque no dia 14 de março seriam realizadas as eleições presidenciais e um dos itens do programa de governo deste partido era exatamente o combate ao terrorismo.

Todos os indícios indicavam que o Al Qaeda teria sido o responsável por aquele atentado. Vale lembrar que entre os antecedentes do atentado, já havia uma desconfiança e descontentamento do povo espanhol em relação ao governo Aznar, pois em fevereiro de 2003, grande parte da população espanhola havia se posicionado contra a participação da

Espanha nas tropas que invadiram o Iraque, sob o comando do governo George W. Bush, do PR (Partido Republicano).

Culpar o ETA era uma estratégia para desviar a atenção da crise gerada pela participação das tropas espanholas no Iraque. Porém, por ocasião do atentado, os espanhóis questionaram as informações e a cobertura jornalística das TVs e da imprensa espanhola. A obtenção de outras informações só foi possível pelo uso das NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação), ativadas por internautas e usuários de telefones celulares, pois foi através destes meios que outra visão dos fatos foram divulgadas³.

A partir desta convocatória os espanhóis saíram às ruas de várias cidades da Espanha e protestaram contra o governo de Aznar pela manipulação das informações, que só reconheceu a culpa da organização Al Qaeda, pelo atentado de Atocha na madrugada do dia 13 de março, véspera do dia das eleições gerais. Como resultado destas mobilizações, pode-se observar a vitória de José Luis Zapatero, do PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol).

O uso da Internet pelos Movimentos por Justiça Global (MJG) é um outro exemplo de uma atuação política diferenciada. Estes movimentos começaram a se organizar na Internet no final dos anos 90, tendo como objetivo se posicionar contra a globalização e o neoliberalismo (PRUDENCIO, 2006).

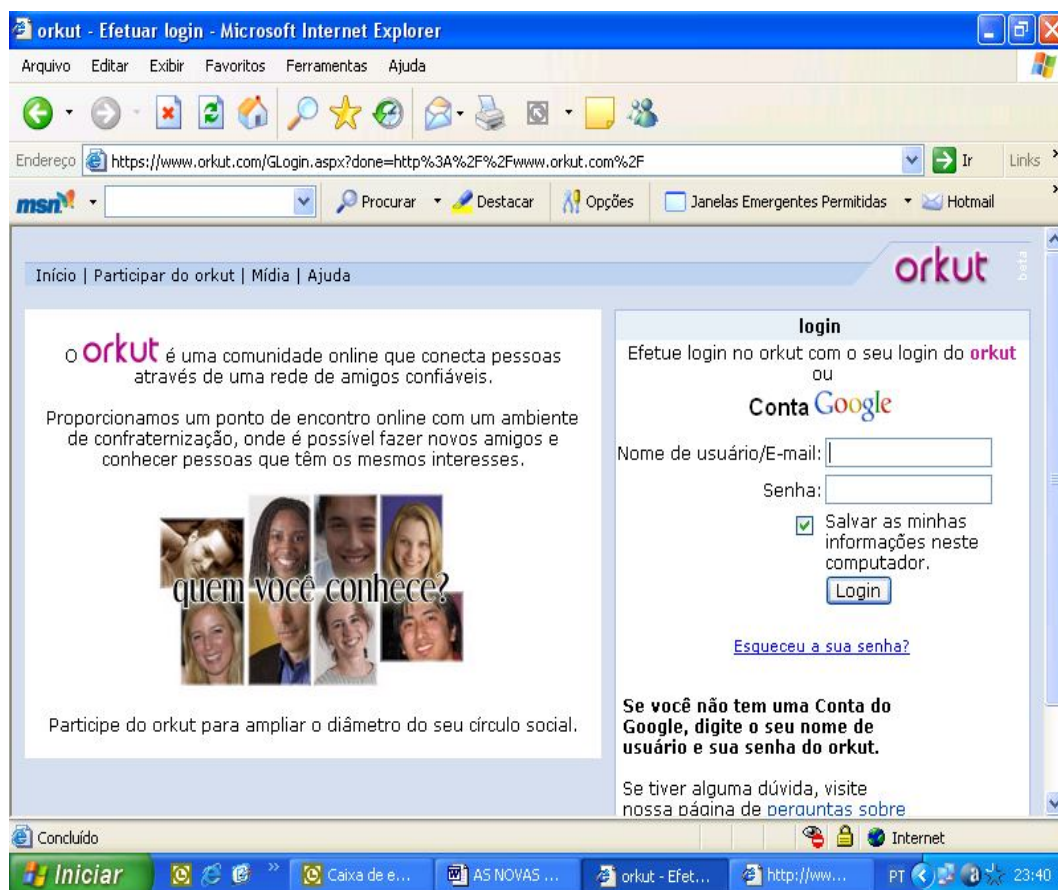
Nas eleições de 2004 para a Prefeitura de São Paulo, os candidatos Paulo Maluf (PP), Marta Suplicy (PT) e José Serra (PSDB), foram muito citados nestas comunidades virtuais. Foram criadas as comunidades “São Paulo odeia Paulo Maluf”, “Odeio Marta Suplicy” e “José Serra – Deus me livre”. Porém outras tantas foram criadas visando apoiar estes candidatos, como “Amigos de Maluf – Força Maluf”, “Eu amo Marta Suplicy” e “Serra Prefeito – Eleições 2004”.

Será dentro desta perspectiva que pretendemos analisar as comunidades virtuais, que discutem política, presentes no Orkut.

³ Para maiores informações ler Blamco, Victor Sampedro (ed.)- 13-M Multitudes on line, Madrid, Los Libros de la Catarata, 2005.

Metodologia - Como ‘espionar’ as comunidades no Orkut

Para entrar no Orkut a pesquisadora teve que ser convidada e, para preservar a identidade, criamos um personagem sem rosto, sem idade e sem características pessoais. Desta maneira poderemos visitar as comunidades que discutem política, sem maiores preocupações de sermos reconhecidos e, portanto, com maior liberdade para percorrer as comunidades, analisar o perfil de seus membros e, principalmente suas posições políticas.



Como campo exploratório, percorremos algumas comunidades, visando obter informações sobre os assuntos predominantes neste período eleitoral. Entre elas, escolhemos para analisar, neste primeiro contato com o Orkut as comunidades “Odeio o PSDB!!!”, “Casa da Mãe Joana”, “Nós votamos 13 Lula Presidente” e “Eu não acredito no Lula”.

Como exemplo da riqueza deste tipo de estudo, relatamos a comunidade “Casa da Mãe Joana”, que é formada por 19.867 membros (25/06/06) e tem como objetivo criticar os políticos de modo geral, tanto que o proponente colocou uma foto do Congresso Nacional para deixar mais claro a quem se dirigem às críticas que são expressas nesta comunidade. A primeira apresentação da comunidade indica: “É lá que tem festa enquanto estamos dormindo”. A bandeira atual desta comunidade é convencer seus membros a não votarem, pois nada irá mudar e o voto só reforçaria os atuais políticos. Desta forma, buscaremos estudar a questão do “voto nulo”, conforme dinâmica propiciada por uma comunidade virtual.

Um dos membros mais participativos desta comunidade é a Helena (codinome), que se apresenta com uma foto “gótica”, que ela mesma diz pertencer a outra pessoa. Durante o período pré-eleitoral e por ocasião da Copa do Mundo, a comunidade debatia a necessidade de se abster do voto:

“**Helena** - não votar. O problema no Brasil não é achar que não votar é crime. Crime a essas alturas do campeonato, é votar!!!! Nada de voto nulo. Esse não existe. Não votar é um direito democrático. Justifiquem ou paguem a multa merreca que equivale a uma cerveja” (01/07/2006 09:11).

“**Raphael Tari Taricano** - Não votar é negar toda essa patifaria, descaso e na melhor das hipoteses⁴ corrupção que tem aí... não vou escolher pelo menos ladrão...quem não é hj..eu honestamente não sei ...e outra coisa isso é também mostrar ao nosso sistema falido que nós estamos nos importando por uma mudança radical!! É inadimicivel essa situação... compreendeu??” (01/07/2006 19:40).

“**Helena** - Vamos nos unir e não deixar esse tópico cair. Não importa que venham falar asneiras. O brasileiro é meio bobão mesmo. Se acha politizado, se acha futebolista, se acha o máximo” (01/07/2006 21:21).

“**Magno** -....Eu continuo contigo Helena...só que...: ...O brasileiro é meio bobão mesmo...por ele ser hipnotizado sempre pelo “pao e circo”...que grupos escusos da sociedade fomentam atraves de Canais de televisao..... E pensam que são politizados, e se “acham” futebolistas, aí neste ponto as sociedades secretas e grupos internacionais fortes agradecem e,torcem para que continuemos assim, matando pelo futebol, mas nao matando

⁴ Os erros ortográficos foram preservados.

ou fazendo mudanças que trocara os trilhos do país para uma posição de destaque....” (02/07/2006 11:37).

Esta comunidade, conforme dissemos, é só um exemplo das várias possibilidades de estudo abertas pela análise e acompanhamento do Orkut. Estes três personagens são aparentemente jovens, críticos e querem convencer os membros que freqüentam sua comunidade. O que é mais interessante é que os participantes também participam de várias outras comunidades, próximas ou não à temática política.

Como objetivo pretendemos também analisar as comunidades virtuais que se posicionam politicamente, porém não só no período eleitoral, mas em momentos entre eleições, o que permitirá analisar a presença da política nestas comunidades. Seguindo a mesma proposta de pesquisa de Bentivegna (2000), pretende-se analisar estas comunidades procurando responder: “Quem são os sujeitos que discutem política na rede? Que relações mantêm com o sistema político? Quais são as razões que os movem a intervir num grupo de discussão?”

Outro aspecto a ser analisado e problematizado diz respeito ao significado político das “comunidades virtuais”, compreendidas ora como agregações sociais formadas por pessoas que se unem em torno de determinadas discussões públicas, ora como pessoais que possuem identidades coletivas ⁵

Fundamentalmente pretendemos analisar estas novas formas de participação política e sua relação com a democracia, propiciadas pela Internet, de modo a melhor compreender os mecanismos políticos que são propiciados pela contemporaneidade no seu avanço tecnológico e na configuração de formas específicas de sociabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ALDÉ, Alessandra e BORGES, Juliano. Ataques na Internet nas eleições de 2002 (ou como os sites dos candidatos pautaram a cobertura da imprensa). Paper apresentado no Seminário Temático 09 “Democracia, Comunicação Política e Eleições”, XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 26-30/10/ 2004, Caxambu, MG

⁵ Simone Pereira de Sá é autora de artigos que polemizam a questão das comunidades virtuais.

ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro*. São Paulo, Casa Amarela, 1996.

AZEVEDO, F. Espaço público, mídia e modernização das campanhas eleitorais no Brasil. Trabalho apresentado na VII Reunião Anual da COMPÓS, São Paulo, 1998.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Imprensa, campanha presidencial e agenda da mídia. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Mídia e eleições 98*. Salvador, Edições FACOM, p. 31-56, 2000.

AZEVEDO, Fernando. Imprensa e cobertura eleitoral: os jornais paulistas e a eleição municipal de 2000. In: 10º Encontro Anual da COMPÓS. Brasília, 2001.

AZEVEDO, Fernando. *Imprensa, cobertura eleitoral e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista*. *Opinião Pública* - Revista do CESOP, vol. VII, nº 2, p. 186-204, 2001.

BENTIVEGNA, S. Hablar de política en la Red: los newgroups políticos. Madrid, Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

BLANCO, Victor F.. Sampedro (ed.). *La pantalla de las identidades: medios de comunicación, políticas y mercados de identidad*. Barcelona, Icaria editorial, julio 2003.

CARNEIRO, Leandro Oliveira. A eleição através do mouse: uma abordagem sobre o uso da Internet nas eleições municipais de Salvador em 2000. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). *Mídia e eleições 2000 em Salvador*. Salvador, Edições Facom, 2002.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.

DADER, José Luis. La ciberdemocracia posible: Reflexión prospectiva a partir de la experiencia en España. Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

DAVIS, Richard. Tecnologias de la comunicación y democracia: El factor Internet. Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

DICTSON, D. e RAY, D. A moderna revolução democrática – uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. *Internet e política -teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

DIZARD Jr., *A nova mídia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

EISENBERG, J. e CEPIK, M. (org). Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

FERRARI, Pollyana - *Jornalismo digital*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

GOMES, Wilson. Opinião Pública na Internet – uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. Paper apresentado no Xº Encontro da Compôs. Brasília, junho/2001.

FORD, T. V. e GIL, G. A Internet radical In: DOWNING, J.D.H. *Mídia radical – rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo, Senac Editora, 2002.

HERSCOVITZ, Heloiza. A Internet e o futuro dos jornalistas. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, volume XXVI, nº1, janeiro/julho de 2003.

GUIMARÃES, André Sathler. Reflexões sobre tecnofilia e a impossibilidade de satisfação plena. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, volume XXVII, nº2, julho/dezembro de 2004.

LANDTSHEER, C., KRASNOBOKA, N. e NEUNER, C. La facilidad de utilización de las “web sites” de partidos políticos. Estudio de algunos países de Europa del este y Occidental. Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

LEÃO, Lúcia. *O labirinto da hipermídia*. São Paulo, Iluminuras, 1999.

LEÃO, Lúcia (org.). Interlab – Labirinto do Pensamento Contemporâneo. São Paulo, Iluminaras, 2002.

LEÃO, Lúcia (org.). O Chip e o Caleidoscópio – Reflexões sobre as novas mídias. São Paulo, Editora SENAC, 2005.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo, Editora 34, 1993.

LIMA, Venício. Sociedade da informação, comunicações e democracia. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 12/nº 4, 1998.

MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres P.S. (org.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006.

MAZZOLENI, Gianpietro. *La revolución simbólica de Internet. Cuadernos de Información y Comunicación – Ciberdemocracia*. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

MORAES, Dênis de. *O planeta mídia, tendências da comunicação na era global*. Rio de Janeiro : Terra Livre, 1998

MORAES, Dênis de. Mídia, tecnologia e poder. *Cadernos Griffo*. Rio de Janeiro, (3):9-32, 1995.

MORAES, Dênis. A comunicação sob domínio dos impérios multimídias. In: DOWBOR, L.; IANNI, O.; RESENDE, E.; SILVA, H. (orgs.). *Desafios da comunicação*. Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

NEDER, Cristiane Pimentel. *As influências das novas tecnologias de comunicação social na formação política*. Dissertação de mestrado apresentada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

PINHO J. B. *Relações públicas na Internet*. São Paulo, Summus Editorial, 2003.

PORTO, Mauro P. Muito além da informação - mídia, cidadania e o dilema democrático. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.12/nº 4, out/dez, 1998.

POSTER, Mark. *Cidadania, mídia digital e globalização*. In.: MORAES, Dênis (org.). *Por uma outra comunicação - mídia, mundialização cultural e poder* São Paulo, Editora Record, 2003.

PÓVOA, Marcelo. *Anatomia da Internet - investigações estratégicas sobre o universo digital*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2000.

SÁ, Simone Pereira de. Comunidades virtuais e atividade ergódica, X Encontro Anual da Compós, Brasília, 2001.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias - o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

STEFFEN, Césa. Espaços digitais e visibilidade política: algumas considerações sobre a Internet na campanha presidencial Brasileira de 2002. Disponível: <http://bocc.ubi.pt/index.php3>. Acessado em 2003.

VÁSQUEZ, Manuel Montalbán. A informação. In: MINA, Gianni (org.). *Um outro mundo é possível* São Paulo,. Editora Record, 2003.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. São Paulo, Editora 34, 1999.

* Prof^a Dr^a Vera Chaia - – Professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pesquisadora do Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisadora do CNPq.